

DISCURSOS SOBRE A
PRIMEIRA DÉCADA DE
TITO LÍVIO

Nicolau Maquiavel

Glossário
PATRÍCIA FONTOURA ARANOVICH

Tradução
MF

Revisão técnica
PATRÍCIA FONTOURA ARANOVICH

Edição de texto
KARINA JANNINI

Obras de Maquiavel

Patrícia Fontoura Aranovich é responsável pela supervisão e revisão técnica das obras políticas de Maquiavel publicadas nesta coleção. Doutora em Filosofia, na área de Ética e Filosofia Política, atualmente Patrícia Aranovich realiza pesquisas sobre *As relações de poder na construção da república: as cidades renascentistas italianas e as repúblicas utópicas do século XVII*, participa do Grupo de Estudo de Retórica da USP e é membro da comissão editorial da revista *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. Escreveu o livro *História e política em Maquiavel* (Discurso Editorial).

Martins Fontes
São Paulo 2007

*Nicolau Maquiavel saúda Zanobi
Buondelmonti e Cosimo Rucellai*

Mando-vos um presente, que, se não corresponde aos benefícios que vos devo, é sem dúvida o maior que Nicolau Maquiavel vos pôde mandar. Porque nele expresssei tudo o que sei e aprendi em longa prática e contínuas lições das coisas do mundo. E, visto que nem vós nem outros podem desejar mais de mim, não vos podeis queixar se não vos dei mais. Mas podeis aborrecer-vos com a pobreza de meu engenho, quando estas minhas narrações forem pobres, e com a falácia do júízo, quando em muitas partes, discorrendo, me engane. E, se tal ocorrer, não sei quem de nós deverá sentir-se menos obrigado ao outro: se eu a vós, que me instastes a escrever o que eu jamais teria escrito por mim mesmo, ou se vós a mim, que, escrevendo, não vos satisfiz. Tomai, portanto, este presente do modo como se tomam todas as coisas dos amigos: considerando mais a intenção de quem manda do que as qualidades da coisa mandada. E acreditai que nisto tenho uma única satisfação, que é a de pensar que, embora me tenha enganado em muitas das suas circunstâncias, só numa sei que não errei, que foi a de vos ter escolhido, acima de quaisquer outros, para endereçar estes meus discursos: seja porque, fazem

Por isto escrevo
por

Além
do que
está
no
original
(p. 102 de Nicol. M.)

do-o, parece-me que demonstrei alguma gratidão pelos benefícios recebidos, seja porque assim me parece estar fugindo ao costume comum dos que escrevem, que consiste em optar por endereçar suas obras sempre a algum príncipe e, cegos pela ambição e pela ganância¹, louvar nesse todas as virtuosas qualidades enquanto deveriam censurá-lo por tudo o que têm de vituperável. Motivou por que eu, para não incorrer nesse erro, não escolhi os que são príncipes, mas os que, por suas infinitas boas qualidades, mereceriam sê-lo; não os que poderiam cumular-me de títulos, honras e riquezas, mas os que, não podendo, gostariam de fazê-lo. Porque os homens que queiram julgar com correção devem dar valor àqueles que são liberais, e não àqueles que podem sê-lo, assim como àqueles que sabem governar um reino, e não àqueles que podem mas não sabem. E os escritores tiveram mais o siracusano Hierão quando era cidadão privado do que o macedônio Perseu quando rei: porque para que Hierão fosse príncipe só lhe faltava o principado, ao passo que o outro não tinha qualidade alguma de rei, a não ser o reino². Usufruí, portanto, o bem e o mal que vós mesmos desejastes: e, se cometerdes o erro de apreciar estas minhas opiniões, não deixarei de prosseguir com o restante da história³, conforme vos prometi no princípio⁴. Vallete⁵.

1. Em italiano: *avanzitia* (aquele que deseja obter mediante roubo). Cf. *O príncipe* 15. [N. da R. T.]

2. Cf. *O príncipe* 6 [N. da R. T.]

3. Isto é, as décadas de Tito Lívio sucessivas à primeira. [N. da R. T.]

4. No prólogo. Esta dedicatória, na realidade, era posta no fim; por isso Maquiavel se refere ao prólogo como princípio. [N. da T.]

5. Fórmula latina de saudação: *State bene (sancti)* Estai bem. [N. da T.]

LIVRO PRIMEIRO

Ainda que, devido à natureza invejosa dos homens, sempre tenha sido tão perigoso encontrar modos e ordens novas quanto procurar águas e terras desconhecidas – por estarem os homens sempre mais prontos a censurar do que a louvar as ações alheias –, assim mesmo, levado pelo natural desejo que em mim sempre houve de trabalhar, sem nenhuma hesitação, pelas coisas que me pareçam trazer benefícios comuns a todos, deliberei entrar por um caminho que, não tendo sido ainda trilhado por ninguém, se me trouxer enfados e dificuldades, também me poderá trazer alguma recompensa, por meio daqueles que considerarem com humanidade os objetivos deste meu labor. E, se o engenho pobre, a pouca experiência das coisas presentes e o pequeno conhecimento das antigas tornarem insuficiente e de não grande utilidade esta minha tentativa, pelo menos abrirei caminho a alguém que, com mais *virtu*, mais eloquência e discernimento, possa vir a realizar este meu intento: o que, se não me granjear louvores, não deveria gerar censuras.

Considerando, portanto, as homenagens que se prestam à antiguidade, o modo como muitas vezes – para não citar infinitos outros exemplos – um fragmento de estátua

antiga é comprado por alto preço por quem deseja tê-lo consigo e com ele honrar sua casa, permitindo que seja imitado por quem se deleite com tal arte; considerando como os outros se esforçam por representá-lo com toda indústria em todas as suas obras; e vendo, por outro lado, que as virtuosíssimas ações que as histórias nos mostram, ações realizadas por reinos e repúblicas antigas, por reis, comandantes, cidadãos, legisladores e outros que se afadigaram pela pátria são mais admiradas que imitadas; vendo, aliás, que a tais ações, em suas mínimas coisas, todos fogem, e que daquela antiga *virtu* não nos ficou nenhum sinal; em vista de tudo isso não posso deixar de admirar-me e condoer-me ao mesmo tempo. E tanto mais porque vejo que nos litúrgios civis que surgem entre cidadãos, ou nas doenças nas quais os homens incorrem, sempre se pode recorrer a julgamentos ou remédios que pelos antigos foram proferidos ou ordenados: porque as leis civis nada mais são que sentenças proferidas pelos antigos juriconsultos, sentenças que, ordenadas, ensinam nossos juriconsultos a julgar. E a medicina ainda não vai além das experiências feitas pelos antigos médicos, que servem de fundamento aos juízos dos médicos do presente. No entanto, na ordenação das repúblicas, na manutenção dos estados, no governo dos reinos, na ordenação das milícias, na condução da guerra, no julgamento dos súditos, na ampliação dos impérios, não se vê princípio ou república que recorra aos exemplos dos antigos. E creio que isso provém não tanto da fraqueza à qual a atual religião conduziu o mundo¹, ou do mal que um ambicioso ócio fez a muitas regiões e cidades cristãs, quanto do fato de não haver verdadeiro conhecimento das histó-

1. Cf. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, II, 2. [N. da R. T.]

Impasse Ver
Certo é diferente
de qualquer

rias, de não se extrair de sua leitura o sentido, de não se sentir nelas o sabor que têm. Motivo por que infinitas pessoas que as lêem sentem prazer em ouvir a grande variedade de acontecimentos que elas contêm, mas não pensam em imitá-las, considerando a imitação não só difícil como também impossível; como se o céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado de movimento, ordem e poder, distinguindo-se do que eram antigamente? Desejando, pois, afastar os homens desse erro, julguei necessário escrever, acerca de todos os livros de Tito Lívio que não nos foram tolhidos pelos malefícios dos tempos, aquilo que, do que sei das coisas antigas e modernas, julgar necessário ao maior entendimento deles, para que aqueles que lerem estes meus comentários possam retirar deles mais facilmente a utilidade pela qual se deve procurar o conhecimento das histórias. E, ainda que essa empresa seja difícil, ajudado por aqueles que me animaram a incumbir-me desse fardo, creio carregá-lo de tal modo que a algum outro será breve o caminho que restar para levá-lo até o destino.

1. Quais foram os princípios das cidades em geral e qual foi o de Roma

Quem ler a história do princípio da cidade de Roma e da forma como tudo foi ordenado por quais legisladores, não se admirará de que tanta *virtu* se tenha mantido por vários séculos naquela cidade; e de que depois tenha surgido o império que aquela república atingiu. E, para discorrer antes sobre o seu nascimento, direi que todas as cidades são edificadas, ou pelos homens nascidos

2. Cf. *Discursos*, I, 11; 39; Proêmio; III, 43. [N. da R. T.]

no lugar onde são edificadas, ou por forasteiros. O primeiro caso ocorre quando os habitantes, dispersos em muitas e pequenas partes, percebem que não poderão viver seguros, visto que cada um por si não poderia resistir ao ímpeto de quem os assaltasse, seja pelas feições do local, seja por serem em pequeno número, e não teriam tempo de unir-se para a defesa diante da chegada do inimigo; ou mesmo, em havendo tempo, precisariam abandonar muitos de seus redutos, vindo assim a tornar-se presa fácil dos inimigos: de tal modo que, para escaparem a esses perigos, movidos por si mesmos ou por alguém dentre eles com mais autoridade, se reúnem para morar juntos, em lugar escolhido por eles, lugar que seja mais cômodo para se viver e mais fácil de se defender.

Foi esse o início, entre muitas outras cidades, de Atenas e Veneza. A primeira, sob a autoridade de Teseu, foi edificada por razões semelhantes pelos habitantes dispersos; no caso da outra, os muitos povos que se reuniram em certas ilhotas situadas na ponta do mar Adriático, para fugirem às guerras que todos os dias nasciam na Itália em decorrência da invasão de novos bárbaros depois do declínio do império romano, começaram – sem que nenhum príncipe em particular os ordenasse – a viver sob as leis que lhes pareciam mais aptas a mantê-los. Nisso tiveram êxito, em vista do longo período de paz [ozio] que o local lhes deu, pois que aquele mar não tinha saída, e os povos que afligiam a Itália não tinham navios com que pudessem atacá-los: de tal modo que, mesmo tendo tido um princípio modesto [piccolo], conseguiram chegar à grandeza que hoje têm.

3. Vilarejos. [N. da R. T.]

No segundo caso, as cidades edificadas por forasteiros ou o são por homens livres, ou que dependem de outrem: é o que ocorre com as colônias mandadas por repúblicas ou por príncipes para aliviarem suas cidades de habitantes, ou para defenderem as terras recém-conquistadas que desejem manter com segurança e sem despesas; cidades desse tipo o povo romano edificou diversas, por todo o seu império; também podiam ser edificadas por um príncipe, não para servir-lhe de morada, mas de glória; como a cidade de Alexandria, edificada por Alexandre. E, como tais cidades não são livres na origem, raras são as vezes em que realizam grandes progressos [processi], e entre elas é possível contar as que são capitais de reinos. Semelhante a essa foi a edificação de Florença, sob o império romano (que ou foi edificada pelos soldados de Sila, ou pelos habitantes dos montes de Fiesole, que, confiantes na paz que houve no mundo no tempo de Otaviano, reuniram-se para morar na planície, às margens do Arno); e assim não seria possível, em seus primórdios, aumentar seus territórios além daqueles que por cortesia do príncipe lhes eram concedidos.

São livres os edificadores das cidades quando alguns povos, quer sob o comando de um príncipe, quer por si mesmos, são obrigados a abandonar a terra natal e a buscar novos locais, seja por doença, por fome ou por guerras que conquistam, como fez Moisés, ou edificam novas, como fez Enéias. Neste caso, conhecem-se a virtú do edificador e a fortuna do edificado, que é mais ou menos magnífica conforme seja mais ou menos virtuoso aquele

4. Cf. O príncipe, III; História de Florença, II, 1. [N. da R. T.]

que lhe constituiu o princípio. Virtu esta que se conhece de dois modos: o primeiro é na escolha do local; o segundo, na ordenação das leis. E, como os homens agem por necessidade ou por escolha, e como se vê que é maior a virtu onde haja menos escolhas, é de pensar que, para a edificação das cidades, talvez fosse melhor escolher lugares estérteis, para que os homens, obrigados a esforçar-se e a ocupar-se menos com o ócio, vivessem mais unidos por terem menos razões de discórdia, em vista da pobreza do local; foi o que aconteceu em Ragusa⁵ e em muitas outras cidades construídas em semelhantes lugares: escolha esta que seria mais sábia e mais útil. desde que os homens se contentassem em viver do que é seu e não quisessem mandar nos outros. Portanto, como só o poder dá segurança aos homens, é necessário fugir a essa esterilidade da terra e pôr-se em lugares fertilíssimos, onde, podendo a população ampliar-se graças à uberdade do solo, os homens consigam defender-se de quem os ataque e opimir quem quer que se oponha à sua grandeza. E, quanto ao ócio possibilitado pelo lugar, devem-se criar ordenações para que as leis os obriguem a tais necessidades, caso o lugar não o faça, e imitar aqueles que foram sábios porque, morando em terras amenas e férteis, aptas a produzir homens ociosos e inábeis para toda e qualquer ação virtuosa, para obviar aos danos porventura causados pela amenidade da terra por meio do ócio, impuseram a necessidade de exercícios aos que tivessem de ser soldados; de tal modo que, com tal ordem, eles se tornaram melhores soldados do que os das terras naturalmente ásperas e estérteis. Entre estes conta-se o reino dos

5. Anual Dubrovnik, na Dalmácia. Era antiga colônia de Corinto e proclamou-se república livre em 1410. [N. da T.]

egípcios, que, apesar de viverem em terra ameníssima, foi tal a força dessa necessidade ordenada pelas leis, que geraram homens excelentes; e, se os seus nomes não tivessem sido apagados por tanta antiguidade, veríamos que mereciam mais louvores que Alexandre Magno e muitos outros de recente memória. E quem tivesse considerado o sultanato e a ordem dos mamelucos e seu exército, antes de serem extintos pelo grão-turco Salim, teria visto a quantos exercícios se submetiam os soldados, e ficaria sabendo como eles temiam o ócio a que a benignidade da terra os podia levar, se a tanto não obviassem com rígidas leis.

Digo, pois, que é mais prudente escolher lugar fértil, desde que os efeitos de tal fertilidade sejam limitados com leis a seus devidos termos. Quando Alexandre Magno quis edificar uma cidade para sua glória, o arquiteto Dinócrates mostrou-lhe que ele podia edificá-la sobre o monte Atoz, lugar que, além de ser fortificado, poderia ser aproveitado de tal modo que a cidade ganhasse forma humana – o que seria coisa maravilhosa e rara, digna de sua grandeza. E, como Alexandre lhe perguntasse de que viveriam seus habitantes, Dinócrates respondeu que não pensara no caso; Alexandre riu-se e, deixando de lado o monte, edificou Alexandria, onde os habitantes pudessem bem morar graças à fertilidade da terra e à comodidade do mar e do Nilo. Quem, portanto, examinar a edificação de Roma, se considerar que Enéias foi seu primeiro fundador, dirá que ela está entre as cidades edificadas por forasteiros; se considerar que foi Rômulo, dirá que é das edificadas pelos homens nascidos no lugar; seja qual for o modo considerado, verá que Roma teve um princípio livre, sem depender de ninguém: verá também, como di-

remos adiante, a quantas necessidades as leis ditadas por Rômulo, Numa e outros a obrigaram, de tal modo que a fertilidade do solo, a comodidade do mar, as numerosas vitórias e a grandeza do império não a puderam corromper durante muitos séculos⁶, mantendo-a cheia de tanta *virtu*, com que nenhuma outra cidade ou república jamais se ornou.

E, visto que as coisas realizadas por ela e celebradas por Tito Lívio ocorreram por deliberação pública ou privada, dentro ou fora da cidade, comecei discorrendo sobre as coisas que, ocorridas dentro da cidade e por de-liberação pública, me pareçam dignas de maior atenção, acrescentando tudo o que delas decorria; e com tais discursos terminará este primeiro livro, ou melhor, esta primeira parte.

2. De quantas espécies são as repúblicas e de que espécie foi a república romana?

Quero deixar de lado os comentários sobre as cidades que nasceram submetidas a outros; falarei das que nasceram distantes de todo tipo de servidão externa, mas logo se governaram por seu próprio arbútrio, seja como repúblicas, seja como principados: cidades que tiveram não só diferentes princípios, mas diferentes leis e ordinações⁷. Porque algumas receberam leis, em seu princípio ou depois de não muito tempo, de um só homem e de uma só vez – como as leis que foram ditadas por Li-

6. Até o tempo dos Gracos (cf. *Discursos*, I, 4). [N. da R. T.]

7. Cf. Políbio, *Histórias*, L. VI. [N. da R. T.]

8. Cf. *Discursos*, I, 18 [*Leggi e ordini*]. [N. da R. T.]

curgo aos espartanos – e outras as receberam ao acaso e em várias vezes, segundo os acontecimentos, como ocorreu com Roma. Assim, pode considerar-se feliz a república à qual calba por sorte um homem tão prudente que lhe dê leis de tal modo ordenadas que seja possível viver com segurança sob tais leis, sem precisar corrigi-las. E vê-se que Esparta as observou por mais de oitocentos anos sem as corromper ou sem nenhum tumulto perigoso: e, pelo contrário, é em certo grau infeliz a cidade que, não tendo encontrado um ordenador prudente, precisou reordenar-se por si mesma. E destas é ainda mais infeliz aquela que se encontra mais afastada da ordem; e mais está de todo fora do caminho reto que a possa conduzir ao fim perfeito e verdadeiro. Porque é quase impossível às que se encontram neste grau reordenar-se [*irassentini*] graças a algum acontecimento: as outras que, se não têm ordenação perfeita, pelo menos têm um princípio bom, passível de melhorar, podem vir a tornar-se perfeitas graças a algum acontecimento. Mas é bem verdade que nunca se ordenarão sem perigo: porque os homens, em grande número, nunca anuem a uma lei nova que tenha em vista uma nova ordem na cidade, a não ser que lhes seja mostrado, por alguma necessidade, que é preciso fazê-lo; e como tal necessidade não pode apresentar-se sem perigo, é fácil que a república se arruine antes de ser conduzida a uma ordem perfeita. Disto nos dá fé a república de Florença, que se reordenou após os acontecimentos de Arezzo, em 1502, e se desordenou com os acontecimentos de Prato, em 1512⁹.

9. Em 1502, Arezzo e Valdiciana se rebelaram contra o domínio florentino; em 1512, as tropas espanholas saquearam Prato. [N. da T.]

Portanto, para discorrer sobre as ordenações da cidade de Roma e os acontecimentos que a levaram à perfeição, direi o que dizem alguns que escreveram sobre as repúblicas, ou seja, que há nelas um dos três estados, chamados principado, optimates e popular; e que aqueles que ordenam uma cidade devem voltar-se para um deles, segundo o que lhes pareça mais apropriado. Outros – mais sábios, segundo a opinião de muitos – são de opinião que existem seis formas [ragioni] de governo¹⁰, das quais três são péssimas e três são boas em si mesmas, mas tão fáceis de corromper-se, que também elas vêm a ser perniciosas. Os bons são os três acima citados; os ruins são outros três que desses três decorrem; e cada um destes se assemelha àquele que lhe está próximo, e facilmente passam de um a outro: porque o principado facilmente se torna tirânico; os optimates com facilidade se tornam governo de poucos; o popular sem dificuldade se torna licencioso. De tal modo que, se um ordenador de república ordena um desses três estados numa cidade, o ordena por pouco tempo, pois nada poderá impedir que resvale para o seu contrário, pela semelhança que têm neste caso a virtude [virtute] e o vício.

Nascem tais variações de governos ao acaso entre os homens: porque no princípio do mundo os habitantes, que eram escassos, viveram durante algum tempo dispersos como animais; depois, multiplicando-se, reuniram-se em grupos, e, para poderem melhor defender-se, começaram a respeitar aquele que, dentre eles, fosse mais forte e corajoso, e, fazendo dele seu dirigente, obedeciam-no. Daí proveio o conhecimento das coisas honestas e boas,

10. Cf. Políbio, VI, 4, 6; Aristóteles, *Política*, 1279b; Platão, *O político*, 302. [N. da R. T.]

O Livro primeiro das Constituições
Livro primeiro *Constituições*

diferentes das perniciosas e más: porque, vendo eles que se alguém prejudicava seu beneficor isso suscitava ódio e compaixão entre os homens, censurando-se os ingratos e homenageando-se os gratos, e percebendo também que aquelas mesmas injúrias podiam ser-lhes dirigidas, para escaparem a semelhante mal reuniam-se para fazer leis e ordenar punições a quem as violasse: daí proveio o conhecimento da justiça. E isso fazia que, sendo depois preciso escolher um príncipe, já não recorressem ao mais robusto, porém ao que fosse mais prudente e justo. Mas, como depois se começou a ser príncipe por sucessão, e não por escolha, logo os herdeiros começaram a degenerar e, deixando as obras virtuosas, acreditavam que os príncipes nada mais precisassem fazer senão sobrepujar os outros em suntuosidade, lascívia e em todos os outros tipos de licença: de modo que, começando a ser odiado, o príncipe, temendo por tal ódio, logo passou do temor ao ataque, e rapidamente nasceu a tirania. E daí surgiram logo em seguida os princípios das ruínas, das conspirações e conjurações contra os príncipes; não cometidas estas por quem fosse tímido ou fraco, mas por aqueles que, por generosidade, grandeza de ânimo, riqueza e nobreza, sobressaíam aos outros e não podiam suportar a vida desonesta daquele príncipe. A multidão, portanto, seguindo a autoridade desses poderosos, armava-se contra o príncipe e, morto este, obedecia àqueles como a seus libertadores. E estes, odiando o nome de um só governante [capto]¹¹, constituíam por si mesmos um governo; e, no princípio, tendo na memória a passada tirania,

11. Maquiavel denomina *capo* o primeiro monarca, ou seja, aquele que é o mais forte e corajoso, e *príncipe*, o mais prudente e justo. [N. da R. T.]

conduziam-se segundo as leis por eles mesmos ordenadas, pospondo todas as suas comodidades à utilidade comum; e governavam e conservavam com suma diligência as coisas públicas e privadas. Quando essa administração passava a seus filhos, que não conheciam as variações da fortuna, nunca tinham experimentado o mal e não queriam satisfazer-se com a igualdade civil, mas tendiam à ganância, à ambição e à usurpação das mulheres, estes faziam que um governo de optimates se tornasse um governo de poucos, sem respeitar civilidade *[civilitas]* alguma; de tal modo que, em curto tempo, ocorriam-lhes o que havia ocorrido ao tirano; porque, feita de seu governo, a multidão fez-se instrumento de quem quer que tencionasse de algum modo atacar tais governantes; e assim logo surgiu alguém que, com a ajuda da multidão, os matou. E, estando ainda viva a memória do príncipe e das injúrias dele recebidas, tendo-se destruído o estado de poucos e não se querendo reconstruir o do príncipe, voltaram-se todos para o estado popular e o ordenaram de tal modo que nele não fosse dada autoridade alguma nem aos poucos poderosos, nem a um só príncipe. E, como todos os estados no princípio têm alguma reverência¹², manteve-se esse estado popular por algum tempo, mas não muito, máxime depois de se extinguir a geração que o ordenara; porque logo se chegou à licença, em que não eram temidos nem os homens privados nem os homens públicos; de tal sorte que, vivendo cada um a seu modo, cometiam-se todos os dias mil injúrias: assim, coagidos pela necessidade ou pela sugestão de algum ho-

12. Certa atenção ao bem comum (cf. CAVAL, A. *Machibauelli - Tutte le opere storiche, politiche e letterarie*. Florença, I Mammur, 1998, p. 62).

mem bom, para fugirem a tal licença, voltam de novo ao principado; e deste, gradativamente, se retorna para a licença, do modo e pelas razões já ditas.

Este é o ciclo segundo o qual todas as repúblicas¹³ se governaram e governam, mas raras vezes retornam aos mesmos governos, porque quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações e continuar em pé. Mas muitas vezes ocorre que, passando uma república por tais reveses e faltando-lhe sempre discernimento e forças, acaba ela por se tornar súdita de algum estado próximo que seja mais bem-ordenado que ela: mas, supondo-se que isso não ocorresse, uma república seria capaz de ficar passando por tempo infinito de um desses governos a outro.

Digo, portanto, que todos esses modos¹⁴ são nocivos, tanto pela brevidade da vida que há nos três bons quanto pela malignidade que há nos três ruins. Assim, sempre que tiveram conhecimento desse defeito, aqueles que prudentemente ordenam leis evitaram cada um desses modos por si mesmos e escolheram algum que tivesse um pouco de todos, por o julgarem mais firme e estável; porque, quando numa mesma cidade há principado, optimates e governo popular, um toma conta do outro.

Entre os que mais louvores merecem por semelhantes constituições, está Licurgo, que ordenou de tal modo suas leis em Esparta que, dando aos reis, aos optimates, e ao povo suas devidas partes, criou um estado que durou mais de oitocentos anos, com supremo louvor para si e sossego para aquela cidade. O contrário ocorreu a Sólon, que ordenou as leis em Atenas; ele, por constituir ali somente

13. No sentido genérico de estados (cf. *id.*, *ibid.*, p. 63).

14. Formas de governo. [N. da R. T.]

Uma forma de governo importante

o estado popular, o fez de tão breve vida que, antes de morrer, viu nascer a tirania de Pisistrato: e, embora depois de quarenta anos seus herdeiros tivessem sido expulsos, e Atenas recobrasse a liberdade, o estado popular que se restabeleceu, de acordo com as ordenações de Sólon, não se manteve por mais de cem anos, ainda que para manter-se fizesse muitas constituições, por meio das quais se reprimiam a insolência dos grandes e a licença do povo *universale*, coisas que não foram consideradas por Sólon; contudo, por não as ter misturado com o poder do principado e dos optimates, Atenas viveu brevíssimo tempo, em comparação com Esparta.

Mas voltemos a Roma. Embora Roma não tivesse um Licurgo que no principio a ordenasse de tal modo que lhe permitisse viver livre por longo tempo, foram tantos os acontecimentos que nela surgiram, devido à desunião que havia entre a plebe e o senado, que aquilo que não fora feito por um ordenador foi feito pelo acaso. Porque, se Roma não teve a primeira fortuna, teve a segunda; pois se suas primeiras ordenações foram insuficientes, nem por isso a desviaram do bom caminho que a pudesse levar à perfeição. Porque Rômulo e todos os outros reis fizeram muitas e boas leis, ainda em conformidade com a vida livre: mas, como sua finalidade foi fundar um reino, e não uma república, quando aquela cidade se tornou livre, faltavam-lhe muitas coisas que cumpria ordenar em favor da liberdade, coisas que não haviam sido ordenadas por aqueles reis. E, se bem que aqueles seus reis perdessem o poder pelas razões e nos modos narrados, aqueles que os depuseram, ao constituírem *lordinandi* imediatamente dois cônsules para ficarem no lugar dos reis, na verdade depuseram em Roma o nome, mas não o poder régio: de tal forma que, como só tivesse cônsules

e senado, aquela república vinha a ser mescla de duas qualidades das três acima citadas, ou seja, principado e optimates. Faltava-lhe apenas dar lugar ao governo popular: motivo por que, tornando-se a nobreza romana insolente pelas razões que abaixo se descreverão, o povo subleveu-se contra ela; e assim, para não perder tudo, ela foi obrigada a conceder ao povo a sua parte, e, por outro lado, o senado e os cônsules ficaram com tanta autoridade que puderam manter suas respectivas posições naquela república. E assim se criaram os tribunos da plebe, tomando-se assim mais estável o estado daquela república, visto que as três formas de governo tinham sua parte. E foi-lhe tão favorável a fortuna que, embora se passasse do governo dos reis e dos optimates ao povo, por aquelas mesmas fases e pelas mesmas razões acima narradas, nunca se privou de autoridade o governo régio para dá-la aos optimates; e não se diminuiu de todo a autoridade dos optimates, para dá-la ao povo; mas, permanecendo mista, constituiu-se uma república perfeita: perfeição a que se chegou devido à desunião entre plebe e senado, como nos dois próximos capítulos profusamente se demonstrará.

3. *Que acontecimentos levaram à criação dos tribunos da plebe em Roma, o que tornou a república mais perfeita*¹⁵

Como demonstram todos aqueles que discorrem sobre a vida civil e todos os exemplos de que estão cheias

15. A partir deste ponto, serão indicados os capítulos da *História de Roma*, de Tito Lívio, que são comentados por Maquiavel. Aqui, II, 27-33. [N. da R. T.]

todas as histórias, quem estabeleceu uma república e ordena suas leis precisa pressupor que todos os homens são maus [rei] e que usarão a malignidade de seu ânimo sempre que para tanto tiverem ocasião; e, quando alguma maldade se oculta por algum tempo, assim procede por alguma razão oculta que não se conhece porque não se teve experiência do contrário; mas essa razão um dia é posta a descoberto pelo tempo, que, segundo dizem, é o pai da verdade.

Quando os Tarquínios foram depostos¹⁶, parecia haver em Roma enorme união entre a plebe e o senado; e parecia que os nobres haviam renunciado à soberba, que tinham disposições mais populares e podiam ser suportados por todos, mesmo os de ínfima condição. Permaneceu oculto esse engodo, e não foram vistas as suas razões; enquanto os Tarquínios viveram¹⁷, pois a nobreza, por temê-los e por recear que a plebe maltratada se aproximasse deles, portava-se humanamente com esta: contudo, assim que os Tarquínios morreram, os nobres perderam o medo e começaram a cuspir sobre a plebe o veneno que haviam guardado no peito, ofendendo-a de todos os modos que podiam. Coisa que serve de testemunho daquilo de que acima falei, ou seja, que os homens nunca fazem bem algum, a não ser por necessidade; mas, onde são muitas as possibilidades de escolha e se pode usar da liberdade, tudo logo se enche de confusão e desordem. Por isso se diz que a fome e a pobreza tornam os homens industriosos, e que as leis os tornam bons. E, quando uma coisa funciona bem por si mesma, sem leis, não há necessidade de lei; mas, quando falta o bom costume, a lei logo

16. Em 510 a.C. (cf. CAVARA, op. cit., p. 64).

17. Até 49 a.C. (cf. *id.*, *ibid.*).

se faz necessária. Assim, faltando os Tarquínios, que com o medo refreavam a nobreza, foi preciso pensar numa nova ordenação que produzisse o mesmo efeito produzido pelos Tarquínios em vida. Por isso, depois de muitas confusões, tumultos e perigos de perturbações, surgidos entre a plebe e a nobreza, chegou-se à criação dos tribunos¹⁸, para segurança da plebe; e [os romanos] ordenaram tanta preeminência e reputação que a partir de então puderam ser sempre intermediários entre a plebe e o senado, obviando à insolência dos nobres.

4. A desunião entre plebe e senado tornou livre e poderosa a república romana¹⁹

Não quero deixar de falar dos tumultos que houve em Roma desde a morte dos Tarquínios até a criação dos tribunos; depois, quero dizer algumas coisas contra a opinião de muitos, segundo a qual Roma foi uma república tumultuária e tão cheia de confusão que, se a boa fortuna e a virtú militar não tivessem suprido a seus defeitos, ela teria sido inferior a qualquer outra república. Não posso negar que a fortuna e a milícia foram razões do império romano, mas também me parece que quem diz tais coisas não se apercebe de que onde há boa milícia é preciso que haja boa ordem, e raras são as vezes em que deixa de haver também boa fortuna. Mas voltemos aos outros particulares daquela cidade. Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e

18. Em torno de 494 a.C. (cf. CAVARA, op. cit., p. 65).

19. Tito Livio, II, 23-32. [N. da R. T.]

considerar mais as assuadas e a grita que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam; e não consideram que em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma; porque dos Tarquínios aos Gracos, durante mais de trezentos anos, os tumultos de Roma raras vezes redundaram em exílio e raríssimas vezes em sangue. Portanto, não se pode dizer que tais tumultos sejam nocivos, nem que tal república fosse dividida, se em tanto tempo, em razão de suas diferenças, não mandou para o exílio mais que oito ou dez cidadãos, matou pouquíssimos e não condenou muitos ao pagamento de multas. E não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de *virtu*; porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação, das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem a exílios ou violências em desfavor do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas à liberdade pública. E se alguém dissesse: os modos eram extraordinários²⁰, quase fe-
 rozes, ver o povo junto a gritar contra o senado, o senado contra o povo, a correr em tumulto pelas ruas, a fechar o comércio, a sair toda a plebe de Roma, são coisas que assustam quem as lê, e não poderia ser diferente; digo que toda cidade deve ter os seus modos para permitir que o povo desafogue sua ambição, sobretudo às cidades que queiram valer-se do povo nas coisas importantes; a cidade

20. Que são alheios aos modos ordinários. Cf. Vocabulário. [N. da R. T.]

de Roma, por exemplo, tinha este modo: quando o povo queria obter uma lei, ou fazia alguma das coisas acima citadas ou se negava a arrolar seu nome para ir à guerra, de tal modo que, para aplacá-lo, era preciso satisfazê-lo em alguma coisa. E os desejos dos povos livres raras vezes são perniciosos à liberdade, visto que nascem ou des-
 serem optimidos ou da suspeita de que virão a sê-lo. E, em sendo falsas tais opiniões, há sempre o remédio das assembleias [*concioni*], nas quais surja algum homem de bem que, discursando, lhes mostre que se enganam: e os povos, como diz Tullio²¹, mesmo sendo ignorantes, são capazes de entender a verdade e facilmente cedem, quando a verdade lhes é dita por homem digno de fé. →
 Portanto, deve-se censurar o governo romano com mais comedimento; e considerar que tantos bons efeitos oriundos daquela república só podiam ser causados por ótimas razões. E se os tumultos foram razão para a criação dos tribunos, merecem sumos louvores; porque, além de concederem a parte que cabia ao povo na administração, tais tribunos foram constituídos para guardar a liberdade romana, como se mostrará no capítulo seguinte.

5. Onde se deposita com mais segurança a guarda da liberdade: no povo ou nos Grandes; e quem tem maior razão para criar tumultos: quem deseja conquistar ou quem quer manter?²²

Todos os que com prudência constituíram repúblicas, entre as coisas mais necessárias que ordenaram esteve a

21. Cícero (cf. *CARRA, op. cit.*, p. 66).

22. Tito Lívio, IX, 26. [N. da R. T.]

Mostrando o sistema Esparta em Atenas.

constituição de uma guarda da liberdade: e, dependendo do modo como esta seja instituída, dura mais ou menos tempo aquela vida livre. E, como em toda república há homens grandes e populares, não se sabe bem em que mãos é melhor depositar tal guarda. Entre os lacedemônios e, nos nossos tempos, entre os venezianos, ela foi posta nas mãos dos nobres; mas entre os romanos, foi posta nas mãos da plebe.

Portanto, é necessário examinar qual dessas repúblicas fez melhor escolha. E, se remontássemos às razões, haveria argumentos de ambas as partes; mas, se examinássemos os resultados ficaríamos do lado dos nobres, visto que a liberdade de Esparta e de Veneza teve vida mais longa que a de Roma. E, indo às razões, direi, vendo primeiro o lado dos romanos, que se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la. E sem dúvida, se considerarmos o objetivo dos nobres e o dos plebeus *ignobilis*, veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes; de tal modo que, sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem. Por outro lado, quem defende a ordenação espartana e veneziana diz que quem põe a guarda nas mãos de poderosos realiza duas boas ações: uma é satisfazer mais à ambição deles, que, tendo mais participação na república com tal bastão em mãos, têm mais motivo para contentamento; outra é que negam certo tipo de autoridade aos ânimos inquietos da plebe, razão de infinitas dis-

=> O mesmo ao fim da obra e potência da liberdade Livro primeiro

senções e tumultos numa república, capazes de causar alguma reação desesperada à nobreza, o que, com o tempo, produzirá maus efeitos. E dão como exemplo Roma mesmo, onde, estando já os tribunos da plebe investidos dessa autoridade, não foi bastante um cônsul plebeu e eles quiseram tê-los ambos. A partir daí, quiseram a censura²⁴, o pretor²⁵ e todos os outros cargos do governo da cidade: mas nem isso lhes bastou, pois, levados pelo mesmo furor, começaram depois, com o tempo, a adorar os homens que lhes pareciam aptos a combater a nobreza; daí nasceram o poder de Mário e a ruína de Roma. E, realmente, quem discorresse bem sobre uma coisa e outra poderia não saber o que escolher para encarregar da guarda de tal liberdade, por não saber que tipo de humor é mais nocivo a uma república, se aquele que deseja manter as honras já conquistadas ou o que deseja conquistar as que não tem.

E no fim, quem examinar tudo sutilmente chegará a esta conclusão: ou se pensa numa república que queira fazer um império, como Roma, ou numa à qual baste manter-se. No primeiro caso, é necessário fazer tudo como Roma; no segundo, pode-se imitar Veneza e Esparta, pelas razões e pelos modos que diremos no próximo capítulo.

Más, para voltar a discorrer sobre o tipo de homem mais nocivo numa república – se aquele que deseja conquistar ou aquele que teme perder o que conquistou –, direi que, ao nomear Marcos Menênio ditador e Marcos Fúlvio mestre de cavalaria, ambos plebeus, para a investi-

23. Com a *lex Licinia* (367 a.C.), a plebe passou a ter possibilidade de acesso ao consulado. O primeiro cônsul plebeu foi Lúcio Sêxtio, em 366 a.C. (Tito Lívio, VI, 42) (cf. CAPRÀ, *op. cit.*, p. 67).

24. Tito Lívio, VI, 22. [N. da R. T.]

25. *Ibid.*, VIII, 15. [N. da R. T.]

gação de certas conjurações que estavam sendo cometidas em Cápua contra Roma, o povo também lhes deu autoridade de investigar quem quer que em Roma, por ambição e modos extraordinários, diligenciasse ascender ao consulado e aos outros postos de honra da cidade. E os nobres, achando que tal autoridade era dada ao ditador contra a lei, espalharam por Roma que não eram os nobres que buscavam os postos de honra por ambição e modos extraordinários, mas sim os plebeus, que, não escudados no sangue e na *virtu*, procuravam chegar a tais postos por vias extraordinárias; e em especial acusavam o ditador. E foi tão forte essa acusação que Menênio, reunindo uma assembleia e mostrando-se desgostoso com as calúnias dos nobres, renunciou à ditadura e submeteu-se ao julgamento do povo; depois disso, examinada a sua causa, ele foi absolvido: e então muito se discutiu sobre quem seria mais ambicioso, se aquele que quer manter ou se aquele que quer conquistar; porque facilmente ambos os desejos podem dar razão a enormes tumultos. No entanto, no mais das vezes estes são causados por aqueles que mais possuem, porque o medo de perder gera neles as mesmas vontades que há nos que desejam conquistar; pois os homens só acham que possuem com segurança o que têm quando acabam de conquistá-lo do outro. E há muitos que, possuindo muito, podem com mais poder e maior efeito [motu] provocar mudanças. E também há muitos cujo comportamento incorreto e ambicioso acende no peito de quem nada possui o desejo de possuir, seja para vingar-se dos que possuem, espoliando-os, seja para poderem entrar na posse das riquezas e das honrarias que percebem estar sendo mal empregadas pelos outros.

6. Onde se procura saber se em Roma era possível ordenar um estado que eliminasse as inimizades entre o povo e o senado

Discorremos acima sobre os efeitos produzidos pelas controvérsias entre o povo e o senado. Ora, visto que elas prosseguiram até o tempo dos Gracos, quando caíram a ruína da vida livre, alguém poderia desejar que Roma tivesse chegado à grandeza que chegou sem que nela existissem tais inimizades. Por isso parece-me digno de consideração tentar descobrir se em Roma era possível ordenar um estado que eliminasse tais controvérsias. E, para examinarmos isso, é necessário recorrer às repúblicas que sem tantas inimizades e tumultos permaneceram livres por longo tempo, vendo que tipo de estado nelas havia, e se era possível introduzi-lo em Roma. Como exemplo entre os antigos tem-se Esparta; entre os modernos, Veneza, conforme referi acima. Esparta instituiu um rei e um pequeno senado²⁶ para governá-la; Veneza não dividiu o governo com nomes, mas, sob uma mesma denominação, todos os que podem administrar chamam-se genús-homens. Esse modo lhes foi ditado mais pelo acaso que pela prudência de quem lhes deu as leis: porque, uma vez reunidos sobre os escolhos onde agora fica aquela cidade, pelas razões ditas acima, seus habitantes cresceram tanto em número, que, para viverem juntos, precisavam de leis, e assim ordenaram uma forma de governo; e, reunindo-se eles amide em conselhos, para deliberar sobre a cidade, quando lhes pareceu ser seu nú-

.....
26. A genúsia. [N. da T.]

mero suficiente para constituírem uma vida política, vedaram a todos os que ali passassem a morar o acesso à participação em seu governo; e, com o tempo, por se encontrarem naquele lugar muitos habitantes fora do governo, para se dar reputação aos que governavam, estes foram chamados gentis-homens, e os outros, populares. Veneza pôde assim nascer e manter-se sem tumulto, porque, quando nasceu, todos os que ali moravam então participaram do governo, de tal modo que ninguém podia queixar-se; e os que lá foram morar depois, encontrando o estado fixado e delimitado, não tinham razão nem facilidade para criar tumulto. Razão não havia porque não lhes tinha sido retirada coisa alguma; e facilidade não havia porque quem governava os mantinha refreados e não os empregava em coisas das quais eles pudessem extrair autoridade. Além disso, os que depois foram morar em Veneza não eram muitos, nem em número tão grande que houvesse desproporção entre quem governa e quem é governado; porque ou o número de gentis-homens é igual ao deles, ou é superior: de tal modo que, por essa razão, Veneza pôde ordenar o estado e mantê-lo unido.

Esparta, como disse, era governada por um rei e por um pequeno [stretol] senado. Pôde manter-se assim por longo tempo porque, havendo em Esparta poucos habitantes, vedando-se o acesso a quem ali fosse morar e acatando-se as leis de Licurgo com reverência (cuja observância eliminava todas as razões para tumultos), puderam todos viver unidos por muito tempo. Porque Licurgo, com suas leis, criou em Esparta mais igualdade de bens e menos igualdade de cargos; pois ali havia igual pobreza, e os plebeus não eram ambiciosos, pois os cargos da cidade se distribuían por poucos cidadãos e eram

mantidos fora do alcance da plebe, enquanto os nobres nunca lhe deram, com maus-tratos, desejo de possuí-los. Isso porque os reis espartanos, sendo instituídos naquele principado em meio àquela nobreza, para conservar-lhe a dignidade, não tinham melhor remédio que manter a plebe protegida de injúrias: o que fazia a plebe não temer e não desejar o poder [imperiol]; e, como a plebe não temesse nem desejasse o poder [imperiol], estava eliminada a disputa que ela pudesse ter com a nobreza, logo, a razão para tumultos; e assim puderam viver todos unidos por muito tempo. Mas duas coisas principais causaram essa união: uma foi serem poucos os habitantes de Esparta, e assim poderem ser governados por poucos; outra foi que, não aceitando forasteiros em sua república, não tiveram eles ocasião para corromper-se nem para crescer tanto que ela se tornasse insupportável aos poucos que a governavam.

Considerando portanto tudo isso, vê-se que os legisladores de Roma precisariam ter feito uma destas duas coisas, se quisessem que Roma permanecesse tranqüila como as repúblicas acima citadas: ou não empregar a plebe na guerra, como os venezianos, ou não abrir caminho para os forasteiros, como os espartanos. Mas fizeram ambas as coisas, o que deu à plebe força, número e infinitas ocasiões para criar tumultos. Mas, se o estado romano se tornasse mais tranqüilo, decorreria o inconveniente de tornar-se também mais fraco, porque assim lhe era barrado o caminho para chegar à grandeza a que chegou: de tal modo que, se Roma quisesse eliminar as razões dos tumultos, eliminaria também as razões de ampliar-se²⁷. E

27. Da conquista. [N. da R. T.]

em todas as coisas humanas quem bem examinar verá que nunca se pode anular um inconveniente sem que sujeira outro. Portanto, se queres criar um povo numeroso e armado para poderes criar um grande império, acabarás por fazê-lo de tal maneira que não poderás depois manejá-lo a teu modo; e, se o manténs pequeno ou desarmado para poderes manejá-lo, se conquistares domínios, não os poderás conservar, ou eles se tornarão tão fracos que serás presa fácil de quem te atacar. Por isso, em todas as nossas deliberações, devemos considerar aquilo que apresenta menos inconvenientes e tomá-lo por melhor decisão: porque nunca há nada que seja de todo nítido e sem suspeitas.²⁸ Roma, portanto, assim como Esparta, podia criar um príncipe vitalício e um senado pequeno, mas não podia, como ela, deixar de aumentar o número de seus cidadãos, se desejasse criar um grande império: assim, instituir um rei vitalício e um pequeno senado, em termos de união, de pouco lhe teria servido.

Se alguém, portanto, quiser ordenar uma nova república, terá de examinar se quer que ela cresça em domínio e poder, como Roma, ou que permaneça dentro de limites exíguos. No primeiro caso, é necessário ordená-la como Roma e dar lugar da melhor maneira possível a tumultos e a dissensões entre cidadãos [*universali*]; porque, sem grande número de homens bem armados, nunca república alguma poderá ampliar-se, e, caso se amplie, não poderá manter-se. No segundo caso, pode ser ordenada como Esparta e Veneza: mas, como o crescimento é o veneno de semelhantes repúblicas, quem as ordena deve proibir, de todas as maneiras possíveis, que

28. Cf. *O príncipe*, 21, e *Discursos*, I, 38. [N. da R. T.]

haja conquististas; porque tais conquististas, se apoiadas numa república fraca, são motivo de sua ruína. Foi o que ocorreu a Esparta e a Veneza: destas, a primeira, depois de submeter quase toda a Grécia, mostrou num mínimo acontecimento como era fraco o seu fundamento; porque, em seguida à rebelião de Tebas, provocada por Pelópidas, veio a rebelião das outras cidades, que arruinou de todo aquela república. Veneza, de modo semelhante, depois de ter ocupado grande parte da Itália — e a maior parte não com guerra, mas com dinheiro e astúcia —, quando precisou dar prova de suas forças, perdeu tudo numa batalha.²⁹ Acredito que, para criar uma república que durasse muito tempo, seria necessário ordená-la internamente como Esparta ou como Veneza, situá-la em lugar fortificado, e com tal poder que ninguém se acreditasse capaz de subjugá-la em pouco tempo; por outro lado, não deveria ser tão grande que infundisse terror nos vizinhos, e assim poderia gozar por longo tempo de seu estado. Porque são duas as razões pelas quais se trava guerra contra uma república: uma é querer assenhorear-se dela; outra é ter medo de ser dominado por ela. Essas duas razões são quase totalmente anuladas pelo modo de ordenar acima descrito; porque, se for difícil expugná-la, como pressuponho, estando bem ordenada para a defesa, raras ou nenhuma vez serão as vezes em que alguém conceberá o propósito de conquistá-la. E, se ela ficar dentro de seus confins, e todos vivem, por experiência, que nela não há ambição, nunca ocorrerá que alguém por medo lhe faça guerra: e, com mais razão isso se daria, se nela houvesse constituição ou lei que lhe vedasse am-

29. Quando o exército veneziano foi derrotado pela Liga de Cambrai, em 1509. [N. da T.]

pliar-se. E sem dúvida acredito que, se for possível manter as coisas equilibradas desse modo, ter-se-á verdadeira vida política e verdadeira paz numa cidade. Mas, como todas as coisas humanas estão em movimento e não podem ficar paradas, é preciso que estejam subindo ou descendo; e a muitas coisas a que a razão não nos induz somos induzidos pela necessidade: de tal maneira que, depois de ordenarmos uma república capaz de manter-se sem ampliar-se, se a necessidade a levasse a ampliar-se, seríamos levados a destruir os seus fundamentos e a levá-la mais cedo à ruína. Assim, por outro lado, sempre que o Céu lhe fosse tão benévolo que não lhe cumprisse guerrear, o ócio a tornaria efeminada ou dividida; coisas que, juntas ou cada uma por si, seriam razão para sua ruína. Portanto, não sendo possível, como creio, equilibrar tais coisas nem manter-se exatamente nessa via do meio, ao se ordenar uma república é preciso pensar no lado mais honroso, e ordenar tudo de tal modo que, mesmo quando a necessidade a induzisse a ampliar-se, fosse possível conservar o que já houvesse sido conquistado. E, para voltar ao primeiro assunto, creio ser necessário seguir a ordenação romana, e não a das outras repúblicas; porque não acredito ser possível encontrar um meio-termo entre uma e outra, e as inimizades que surgissem entre o povo e o senado deveriam ser toleradas e consideradas um inconveniente necessário para se chegar à grandeza romana. Porque, além das outras razões alegadas, onde se demonstra que a autoridade dos tribunos foi necessária para a guarda da liberdade, pode-se facilmente verificar o benefício, para as repúblicas, da faculdade de denunciar, que, entre outras coisas, era confiada aos tribunos; como se discorrerá no próximo capítulo.

7. Da necessidade das acusações para conservar a liberdade numa república³⁰

Aos que recebem a guarda da liberdade numa cidade não se pode conferir autoridade mais útil e necessária do que a de poder acusar perante o povo ou qualquer magistrado ou conselho os cidadãos que porventura pecassem de algum modo contra o estado livre. Essa ordenação tem dois efeitos utilíssimos para uma república. O primeiro é que os cidadãos, por medo de serem acusados, nada intentam contra o estado; e intentando, são reprimidos de imediato e sem consideração. O outro é que se permite o desaforo daqueles humores que de algum modo cresçam nas cidades contra qualquer cidadão: e, quando tais humores não têm como desaforar-se por modos ordinários, recorre-se a modos extraordinários, que levam toda a república à ruína. Por isso, nada há que torne mais estável e firme uma república do que ordená-la de tal modo que a alteração dos humores que a agitam encontre via de desaforo ordenada pelas leis. E isso pode ser demonstrado com muitos exemplos, máxime com o que Títo Lívio³¹ fala de Coriolano, quando diz que estava a nobreza romana irritada com a plebe, por lhe parecer que esta tinha excessiva autoridade, devido à criação dos tribunos que a defendiam, quando Roma enfrentou grande penúria de víveres, como acontece, e o senado mandou buscar cereais na Sicília. Coriolano, inimigo da facção popular, sugeriu que chegara a hora de castigar a plebe e de privá-la da autoridade de que ela se apoderara para prejuízo da nobreza, mantendo-a com fome e

30. Títo Lívio, II, 33-5. [N. da R. T.]

31. II, 34-35 (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 71).

não lhe dando trigo: declaração que, chegando aos ouvidos do povo, provocou tanta indignação contra Coriolano, que este, ao sair do senado, teria sido morto tumultuariamente, se os tribunos não o tivessem intimado a comparecer diante dos tribunais e defender sua causa. Acontecimento este sobre o qual se deve notar o que acima dissemos; a respeito da utilidade e da necessidade de as repúblicas, com suas leis, permitirem o desafoço da ira que o povo vota a um cidadão: porque, quando não há esses modos ordinários, recorre-se aos extraordinários; e sem dúvida estes produzem efeitos muito piores que aqueles.

Porque, se um cidadão é punido ordinariamente, ainda que de modo injusto, segue-se pouca ou nenhuma desordem na república; pois a execução não é feita com forças privadas e forças estrangeiras, que são as que arruinam a vida livre, mas sim com forças e ordens públicas, dentro de seus próprios termos, não se ultrapassando o limite além do qual se arruína a república. E, para corroborar essa opinião com exemplos, entre os antigos basta-me esse de Coriolano; e, sobre ele, que todos considerem o mal que adviria à república romana, se ele tivesse sido morto tumultuariamente: porque daí decorreria ofensa entre particulares; ofensa que gera medo; medo que busca defesas; para a defesa arranjam-se partidários; dos partidários nascem as facções nas cidades; das facções, a sua ruína. Mas, como a situação era conduzida por quem para tanto tinha autoridade, foi possível eliminar todos os males que poderiam advir do governo por uma autoridade privada.

Vimos, em nosso tempo, tumultos [moti] que ocorreram na república de Florença por não poder a multidão desafoçar seu ânimo ordinariamente contra um seu cida-

dão; conforme ocorreu quando Francesco Valori estava como príncipe da cidade; este era por muitos julgado ambicioso, homem que com sua audácia e animosidade queria transcender a vida civil³²; mas, como não houvesse na república meio de opor-lhe resistência, a não ser com alguma facção que fosse contrária à sua, ele nada temia, a não ser os modos extraordinários; e assim começou a reunir partidários que o defendessem; por outro lado, aqueles que se lhe opunham, não contando com uma via ordinária para reprimi-lo, pensaram nas vias extraordinárias: a tal ponto que se enfrentaram com armas. E, caso houvesse possibilidade de oposição de modo ordinário, a sua autoridade se teria extinguido com seu dano apenas; sendo preciso extingui-la de modo extraordinário, o dano foi não somente seu, mas de muitos outros nobres cidadãos. Poder-se-ia ainda alegar, em defesa da citada conclusão, o que aconteceu, também em Florença, com Piero Soderini, coisa que afinal se deu por não haver naquela república modo nenhum de acusações contra a ambição dos cidadãos poderosos. Porque não basta acusar um poderoso diante de oito juízes numa república: é preciso que os juízes sejam muitos, porque os poucos sempre agem em favor dos poucos. E, assim, se houvesse tais modos, ou os cidadãos o teriam acusado, caso ele se comportasse mal, e com tal meio, sem precisar chamar o exército espanhol, teriam desafoçado seu ânimo, ou, caso ele não se comportasse mal, nada teriam ousado fazer contra ele, para não serem eles mesmos acusados: e, assim, de todos os lados, ter-se-ia extinguido aquele apetite, que foi razão de tumultos.

32. Tornar-se tirano. [N. da R. T.]

Assim, conclui-se que, sempre que forem chamadas forças estrangeiras por uma facção de homens que vivam nalguma cidade, pode-se acreditar que isso advém das más ordenações dessa cidade, por não haver, dentro de seus limites, uma ordenação que permita desatôgar os humores malignos que nascem nos homens, sem o emprego de modos extraordinários: a isso se provê ao ordenar tudo de tal modo que as acusações sejam feitas a um número grande de juízes, dando-lhes acatamento. Modos estes que em Roma foram tão bem-ordenados que, em tantas dissensões entre plebe e senado, nunca o senado, a plebe ou qualquer cidadão particular tentou valer-se de forças externas; porque, tendo o remédio em casa, não precisavam ir buscar os de fora. E, embora os exemplos acima sejam suficientes para prová-lo, quero aduzir outro, narrado por Tito Lívio em sua história³³: ele conta que em Chiusi, naquele tempo nobilíssima cidade da Toscana, uma irmã de Arunte foi violada por um Lucumão, e não podendo Arunte vingar-se, devido ao poder do violador, foi à procura dos franceses, que então reinavam naquele lugar que hoje se chama Lombardia; e exortou-os a ir armados a Chiusi, mostrando-lhes que, com proveito *luttel* deles, podiam vingá-lo da injúria recebida: se Arunte tivesse percebido que podia vingar-se com os modos da sua cidade, não teria buscado as forças bárbaras³⁴. Mas, assim como tais acusações são úteis numa república, também são inúteis e danosas as calúnias; como se verá no próximo capítulo.

33. V, 33 (cf. CAVARA, *op. cit.*, p. 72).

34. Tito Lívio, V, 33. [N. da R. T.]

8. Assim como as acusações são úteis às repúblicas, são perniciosas as calúnias³⁵

Embora a *virtu* de Fúrio Camilo, depois de libertar Roma da opressão dos franceses³⁶, lhe valesse o reconhecimento de todos os cidadãos romanos, sem que com isso lhes parecesse perder reputação ou hierarquia, Mânlio Capitolino não suportava que a ele fosse atribuída tanta honra e tanta glória, pois, em se tratando da salvação de Roma, parecia-lhe que ele, Mânlio, por ter salvo o Capitólio³⁷, tinha tanto mérito quanto Camilo, e, quanto às outras glórias bélicas, não se achava inferior àquele. Desse modo, cheio de inveja, não podendo aquietar-se diante da glória do outro e vendo que não conseguia senear a discórdia entre os senadores, voltou-se para a plebe, semeando várias opiniões sinistras em seu seio. E, entre outras coisas, contava do tesouro que se amealhara para dar aos franceses e que não lhes fora dado, mas usurpado por alguns cidadãos; tesouro que, quando recuperado, poderia ser convertido em utilidade pública, aliviando a plebe dos tributos ou de algum débito particular. Essas palavras produziram grande efeito na plebe, e desse modo ele começou a ter grande apoio e a provocar, a seu bel-prazer, muitos tumultos na cidade; como o senado se desagradasse desses fatos, que lhe pareciam importantes e perigosos, instituiu um ditador³⁸ que deveria examinar esse caso e frear o ímpeto de Mânlio. Assim que assumiu,

35. *Id.*, VI, 11-6. [N. da R. T.]

36. Em 390 a.C., quando os gauleses ocuparam Roma e sitiavam o Capitólio (cf. CAVARA, *op. cit.*, p. 72).

37. Mânlio, acordado pelos ganhos do Capitólio, descobriu um ataque noturno dos gauleses (cf. *id.*, *ibid.*, p. 73).

38. Aulo Cornélio Cosso (cf. CAVARA, *op. cit.*, p. 73).

o ditador mandou-o intimidar, e puseram-se em público um diante do outro, o ditador no meio dos nobres e Mânlio no meio da plebe. Pediu-se a Mânlio que dissesse com quem estava aquele tesouro de que ele falava, porque o senado tinha tanta vontade de sabê-lo quanto a plebe, ao que Mânlio não respondia com exatidão, mas, esquivando-se, dizia como não precisava dizer-lhes aquilo que eles sabiam: e assim o ditador mandou encarcerá-lo.

É de notar, por esse texto, quão detestáveis são as calúnias, tanto nas cidades livres quanto nas que vivem de outros modos, e que, para reprimi-las, é preciso não negligenciar ordenação alguma que as possibilite. E não pode haver melhor ordenação, para eliminá-las, do que abrir muitos lugares para as acusações; porque estas são tão proveitosas às repúblicas, quanto são nocivas as calúnias: e entre ambas a diferença é que as calúnias não precisam de testemunhas nem de nenhuma outra confrontação para serem provadas, de tal modo que todos podem ser caluniados por todos; mas não podem ser acusados, visto que as acusações precisam de confrontações verdadeiras e de circunstâncias que mostrem a sua verdade. As acusações são feitas a magistrados, a povos, a conselhos; as calúnias são feitas nas praças e nos pontos de encontro. Usa-se mais a calúnia onde menos se usa a acusação e onde as cidades estão menos ordenadas para recebê-las. Por isso, um ordenador de uma república deverá ordenar que nela se possa acusar qualquer cidadão, sem medo ou receio algum; e, feito e bem observado isso, deve punir severamente os caluniadores, e estes não podem queixar-se ao serem punidos, visto que há lugares abertos para ouvirem-se as acusações daquele que porventura tenha lançado calúnias pelos lugares de encontro. E, onde essa questão não é bem-ordenada, sempre ocorrem gran-

des desordens: porque as calúnias irritam, e não castigam os cidadãos; e os irritados pensam em defender-se, odiando mais que temendo as coisas que deles se dizem.

Essa questão, como se disse, era bem-ordenada em Roma; e foi sempre mal ordenada na nossa cidade de Florença. E, assim como em Roma essa ordenação fez muito bem, em Florença essa desordem fez muito mal. E quem lê as histórias desta cidade verá quantas calúnias foram lançadas em todos os tempos contra seus cidadãos que trabalharam nas coisas importantes da cidade. De um diziam que havia roubado o dinheiro público; de outro, que não vencera uma empresa³⁹ por ter sido corrompido; e que aqueloutro, por ambição, cometera este ou aquele inconveniente. Motivo por que de todos os lados surgia o ódio: deste se chegava à divisão, e da divisão às facções; das facções, à ruína. Porque, se em Florença tivesse havido uma ordenação que possibilitasse a acusação dos cidadãos e punisse os caluniadores, não teriam ocorrido os infínitos tumultos que ocorreram; porque tais cidadãos, condenados ou absolvidos, não teriam conseguido prejudicar a cidade e teriam sido acusados com menos frequência do que eram caluniados, visto que, como disse, não se pode acusar como se calunia. E, entre outras coisas de que se valeram alguns cidadãos para chegar à grandeza a que chegaram, estão tais calúnias: estas, lançadas contra cidadãos poderosos que se opunham aos seus desejos, faziam muito pelo caluniador; porque ele, pondo-se ao lado do povo e confirmando a má opinião que este tinha de tais poderosos, conseguia sua amizade. E, embora fosse possível aduzir muitos exemplos, gostaria de contentar-me com um apenas. Estava o exército florentino si-

39. Militar. [N. da R. T.]

tando Lucca, sob o comando de Giovanni Guicciardini, seu comissário, e, fosse por mau comando, fosse por má fortuna, a expugnação daquela cidade não ocorreu; mas, fosse qual fosse o caso, a culpa recaiu sobre Guicciardini, pois se dizia que ele fora corrompido pelos habitantes de Lucca: calúnia que, sendo favorecida por seus inimigos, quase levou Guicciardini ao desespero. E ainda que, para justificar-se, ele quisesse entregar-se ao *Capitano del Popolo*⁴⁰, não poderia jamais justificar-se, por não haver naquela república modos de fazê-lo. Daí surgiu muita discórdia entre os amigos de Guicciardini, que eram na maioria homens grandes, e os que desejavam mudanças [*fare novità*] em Florença⁴¹, o que, por esta e por outras razões semelhantes, cresceu tanto que acarretou a ruína daquela república.

Portanto, Mânlio Capitolino era caluniador, e não acusador; e os romanos mostraram, nesse caso justamente, como os caluniadores devem ser punidos. Porque é preciso que se tornem acusadores; e, quando se verifica que a acusação é verdadeira, devem ser premiados ou não punidos: mas quando não, devem ser punidos, como foi punido Mânlio.

9. De como é preciso estar só para se ordenar uma república nova ou para reformá-la inteiramente com ordenações diferentes das antigas

Talvez haja quem ache que me adentrei demais na história romana, sem fazer menção ainda aos ordenado-

40. O *Capitano del Popolo* era uma magistratura judiciária (cf. CAPRA, *op. cit.*, p. 74).

41. Oposição popular guiada por Cosimo de' Medici (cf. *id.*, *ibid.*).

res daquela república nem às ordenações referentes à religião ou à milícia. Por isso, não desejando manter na expectativa aqueles que queiram ouvir algumas coisas sobre essa questão, direi que muitos porventura considerarão mau o exemplo de um fundador de estado, como foi Rômulo, que primeiro matou um irmão seu e depois consentiu na morte de Tito Tácio Sabino, escolhido por ele mesmo como companheiro no reino; julgarão, com isso, que, com base no exemplo [*con l'autorità*] de seu príncipe, os seus cidadãos poderiam, por ambição e desejo de comando, ofender aqueles que se opusessem à sua autoridade⁴². Opinião esta que seria verdadeira, caso não se considerasse a finalidade que o levou ao homicídio.

E deve-se ter como regra geral que nunca, ou raramente, ocorre que alguma república ou reino seja, em seu princípio, bem-ordenado ou reformado inteiramente com ordenações diferentes das antigas; se não é ordenado por uma só pessoa; aliás, é necessário que um homem só dite o modo, e que de sua mente dependa qualquer dessas ordenações. Por isso, um ordenador prudente, que tenha a intenção de querer favorecer não a si mesmo, mas o bem comum, não sua própria descendência, mas a pátria comum, deverá empenhar-se em exercer a autoridade sozinho; e nenhum sábio engenheiro compreenderá ninguém por alguma ação extraordinária que tenha cometido para ordenar um reino ou constituir uma república. Cumprir que, se o fato o acusa, o efeito o escuse; e quando o efeito for bom, como o de Rômulo, sempre o escusará: porque se deve repreender quem é violento para estragar, e não quem o é para consertar. Deve o ordenador, porém, ser

42. Tito Lúcio, I, 7, 14. [N. da R. T.]

prudente e virtuoso, e não deve deixar por herança a outro a autoridade que tomou: porque, visto que os homens são mais propensos ao mal que ao bem, seu sucessor poderia usar ambiciosamente aquilo que ele virtuosamente tivesse usado. Além disso, ainda que um só seja capaz de ordenar, a coisa ordenada não durará muito se repousar sobre os ombros de um só, mas apenas quando for entregue aos cuidados de muitos, e a muitos couber mantê-la. Porque, assim como muitos não são capazes de ordenar uma coisa, por não conhecerem o bem que há nela, devido às diferentes opiniões que têm entre si, uma vez que o saíam, não se conformam em abandoná-lo. E a prova de que Rômulo merece escusa pela morte do irmão e do companheiro, e de que aquilo que fez foi pelo bem comum, e não por ambição própria, é que ele logo ordenou um senado para servir-lhe de conselho, a fim de deliberação segundo sua opinião⁴³. E quem observar bem a autoridade que Rômulo reservou para si verá que não reservou nenhuma outra autoridade além de comandar os exércitos, quando se decidiu entrar em guerra, e de reunir o senado. E viu-se depois, quando Roma se tornou livre com a expulsão dos Tarquínios, que os romanos não inovaram nenhuma ordenação antiga e só puseram no lugar de um rei perpétuo dois cônsules anuais; o que atesta que todas as primeiras ordenações daquela cidade foram mais conformes à vida civil e livre do que a uma absoluta e tirânica.

Para sustentar o que acima dissemos, poderíamos dar infinitos exemplos; como Moisés, Licurgo, Sólon e outros fundadores de reinos e repúblicas, que, por se terem atri-

43. Tito Lívio, I, 8. [N. da R. T.]

buído uma autoridade, puderam criar leis em favor do bem comum: mas deixamos de lado, como coisa conhecida. Darei apenas um exemplo, não tão célebre, mas que deve ser considerado por aqueles que desejem ser ordenadores de boas leis: é o de Ágidas, rei de Esparta, que, por desejar restringir os espartanos aos termos das leis de Licurgo, pois lhe parecia que, estando eles em parte afastados delas, a sua cidade tinha perdido muito da antiga *virtu* e, por conseguinte, forças e poder, Ágides foi, já logo no começo, morto pelos éforos espartanos, como homem que queria impor a tirania. Mas em Clémenes, que lhe sucedeu no reino, nasceu o mesmo desejo, em vista das lembranças e dos escritos de Ágidas, que encontrara, pois neles viu quais eram o pensamento [mental] e as intenções do antecessor; percebeu que não podia fazer esse bem à sua pátria se não se tornasse única autoridade e parecendo-lhe, devido à ambição dos homens, que não podia fazer o bem a muitos contra a vontade de poucos, apanhada a ocasião conveniente, mandou matar todos os éforos e quem quer que pudesse opor-se a ele; depois, reinstaurou [reimovê in tutu] as leis de Licurgo. Deliberação esta capaz de ressuscitar Esparta e dar a Clémenes a reputação que tivera Licurgo, não fossem o poderio dos macedônios e a fraqueza das outras repúblicas gregas. Porque tendo sido, depois de tal ordenação, assaltado pelos macedônios, aos quais era militarmente inferior, e não tendo a quem recorrer, foi derrotado; e assim aquele desígnio, conquanto justo e louvável, não foi cumprido.

Consideradas portanto todas essas coisas, concluo que, para ordenar uma república, é necessário estar só; e que Rômulo deve merecer escusas, e não censuras, pela morte de Remo e de Tito Tácio.

10. Assim como são louváveis os fundadores de uma república ou de um reino, são vituperáveis os fundadores de uma tirania

Entre todos os homens louvados, os mais louvados foram os cabeças e ordenadores de religiões. Logo depois destes, os que fundaram repúblicas ou reinos. Depois destes, são célebres os que, comandando exércitos, ampliaram seu próprio domínio ou o da pátria. A estes se somam os homens de letras. E, como estes são de vários tipos, são eles celebrados segundo o mérito de cada um. A qualquer outro homem, cujo número é infinito, atribui-se a parte de louvores que lhe é dada pela sua arte e pela sua atividade. São, ao contrário, infames e detestáveis os homens que destroem religiões, dissipam reinos e repúblicas, inimigos das *virtu*, das letras e de qualquer outra arte que confira utilidade e honra à espécie humana: tais são os ímpios, os violentos, os ignorantes, os incapazes, os ociosos, os covardes. E ninguém nunca será tão louco ou tão sábio, tão malvado ou tão bom, que, sendo encarregado da escolha dos dois tipos de homens, não louve o que deve ser louvado e não censure o que deve ser censurado: no entanto, depois, quase todos, enganados por um falso bem e por uma falsa glória, deixam-se levar, voluntária ou involuntariamente, pelos passos daqueles que merecem mais censura que louvores; e, embora possam criar uma república ou um reino, para sua perpétua glória, voltam-se para a tirania, sem perceberem quanta fama, quanta glória, quanta honra, segurança, tranquilidade, com satisfação de ânimo, perdem com essa decisão, e em quanta infâmia, vitupério, censura, perigo e inquietação incorrem.

E, se todos lessem as histórias e fizessem cabedal da memória das antigas coisas, é impossível que aqueles que vivem em estado privado numa república não preferissem Cipião⁴⁴ a César para viverem em sua pátria, ou que aqueles que se tornaram príncipes por fortuna ou por *virtu* não preferissem Agésilau⁴⁵, Timoleonte⁴⁶ e Díon⁴⁷ a Nábis⁴⁸, Faláris⁴⁹ e Dionísio⁵⁰; porque veriam que estes são sumamente vituperados e aqueles, muitíssimo louvados. Veriam ainda que Timoleonte e os outros não tiveram em sua pátria menos autoridade do que tiveram Dionísio e Faláris, mas veriam que lá houve muito mais segurança.

E que ninguém se engane com a glória de César, sobretudo ao ouvir os escritores que tanto o celebram, porque aqueles que o louvam são corrompidos por sua fortuna e deixam-se amedrontar pela duração do império que, levando o seu nome, não permitia que os escritores falassem livremente dele. Mas quem quiser saber o que os escritores livres falarialem dele, veja o que falam de Catilina. E César é mais censurável porque deve ser mais censurado aquele que fez um mal do que aquele que quis fazê-lo. Veja ainda com quantos louvores celebram Bruto, uma vez que, não podendo condenar aquele, devido ao seu poder, celebravam seu inimigo.

E aquele que se tornou príncipe nalguuma república deve considerar que, depois de Roma torrar-se Império,

44. Públio Cornélio Cipião, o Africano (235-183 a.C.) (cf. CAPA, *op. cit.*, p. 76).

45. Rei de Esparta entre 400 e 360 a.C. (cf. *id.*, *ibid.*).

46. General coríntio que restabeleceu a democracia em Siracusa (cf. *id.*, *ibid.*).

47. Libertou Siracusa da tirania de Dionísio II (cf. *id.*, *ibid.*).

48. Tirano de Esparta (206-192 a.C.) (cf. *id.*, *ibid.*).

49. Tirano de Agrigento (570-555 a.C.) (cf. *id.*, *ibid.*).

50. Dionísio, o Velho, tirano de Siracusa (367-357 a.C.) (cf. *id.*, *ibid.*).

mais mereceram louvores os imperadores que viveram de acordo com as leis e como príncipes bons, do que aqueles que viveram de modo oposto: e verá que Tito Nerva, Trajano, Adriano, Antonino e Marco Aurélio não precisavam ser defendidos por soldados pretorianos nem pela multidão das legiões, porque os seus costumes, a benevolência do povo e o amor do senado os defendiam. Verá também que a Calígula, a Nero, a Vitélio e a tantos outros imperadores celerados não bastaram os exércitos orientais e ocidentais para salvá-los dos inimigos que haviam granjeado com os maus costumes e a vida cruel que levavam. E, se a história deles fosse bem examinada, serviria de grande ensinamento a qualquer príncipe, mostrando-lhe o caminho da glória ou da condenação, da segurança ou do medo. Porque, de vinte e seis imperadores que houve de César a Maximino, dezessesis foram mortos⁵¹, dez morreram de morte natural⁵², e, dos que foram assassinados, alguns havia que eram bons, como Galba e Pertinax, que foram mortos pela corrupção que seu antecessor deixara nos soldados. E, se entre os que morreram de morte natural, algum houve que era celerado, como Severo, isso adveio de sua enorme fortuna e *virtu*, coisas que em poucos homens andam juntas. Verá também, pela leitura dessa história, como se pode ordenar um reino bom: porque todos os imperadores que sucederam ao império por herança, exceto Tito, foram maus; os que o herdaram por adoção foram todos bons, assim como os cin-

.....
51. César, Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Oto, Vitélio, Domiciano, Cômodo, Pertinax, Juliano, Caracala, Macrino, Hellogábalo, Alexandre Severo, Maximino (cf. CAVERA, *op. cit.*, p. 77).

52. Augusto, Tibério, Vespasiano, Tito, Nerva, Trajano, Adriano, Antonino Pio, Marco Aurélio, Sétimo Severo (cf. *id.*, *ibid.*).

co que vão de Nerva a Marco Aurélio; e, assim que caíam nas mãos dos herdeiros, o império arruinou-se.

Que o príncipe observe, portanto, os tempos que vão de Nerva a Marco Aurélio e os compare com os tempos de antes e os de depois; em seguida, diga em qual deles gostaria de ter nascido, ou em qual gostaria de governar. Porque, nos tempos governados pelos bons, verá um príncipe seguro em meio a seus cidadãos seguros, o mundo cheio de paz e de justiça; verá o Senado com a sua autoridade, os magistrados com suas honras; verá os cidadãos ricos gozar de suas riquezas; a nobreza e a *virtu* exaltadas: verá paz e bem; e, por outro lado, verá a exaltação do rancor, da licença, da corrupção e da ambição: verá os tempos de ouro, em que cada um pode ter e defender a opinião que quiser. Verá, enfim, o mundo triunfar: o príncipe, cheio de reverência e glória; os povos, cheios de amor e segurança. E, se considerar, depois, em particular, os tempos dos outros imperadores, verá que foram atrozes, pelas guerras, cheios de discórdia, pelas sedições, cruéis na paz e na guerra: muitos príncipes mortos pela espada, tantas guerras civis, tantas externas; a Itália, aflita e cheia de novos infortúnios, com suas cidades arruinadas e saqueadas. Verá Roma em chamas, o Capitólio destruído por seus cidadãos, os antigos templos devastados, as cerimônias corrompidas, as cidades cheias de adultérios: verá o mar cheio de exilados, os escolhos cheios de sangue. Verá em Roma inumeráveis crueldades; e verá a nobreza, as riquezas, as glórias passadas e, sobretudo, a *virtu*, tachadas de pecado capital. Verá os calunidores premiados, os servos corrompidos contra o senhor, os libertos contra o patrão; e verá que aqueles a quem faltavam inimigos eram oprimidos pelos amigos. E verá

então muííssimo bem quantas obrigações Roma, a Itália e o mundo devem a César.

E, sem dúvida, se for um ser humano, sentirá horror à imitação dos tempos maus e se inflamará com um imenso desejo de seguir os bons. E o príncipe que realmente buscar a glória mundana deverá desejar ter nas mãos uma cidade corrompida, não para destruí-la de todo, como César, mas para reordená-la, como Rômulo. E, realmente, os céus não podem dar aos homens maior ocasião de glória, nem os homens podem desejar glória maior. E, se, para bem ordenar uma cidade, houvesse necessidade de depor o principado, mereceria alguma desculpa quem não a ordenasse para não cair de tal posição, mas, em sendo possível manter o principado e ordená-la, não merece desculpa alguma quem não o faça. E, em suma, aqueles a quem os céus dão tal ocasião devem considerar que têm diante de si duas vias: uma que lhes permite viver em segurança e, depois de mortos, os torna gloriosos, e outra que os faz viver em contínuas angústias e, depois da morte, deixar de si a sempiterna infâmia.

11. Da religião dos romanos⁵³

Embora Roma tivesse Rômulo como primeiro ordenador e lhe coubesse reconhecer nele, como se filha fosse, o nascimento e a educação que teve, os céus, julgando que as ordenações de Rômulo não bastavam a tanto império, inspiraram no peito do Senado romano a eleição de Numa Pompílio como sucessor de Rômulo, para que as coisas que Rômulo deixara sem fazer fossem ordena-

53. Tito Lívio, I, 19-21. [N. da R. T.]

das por Numa; este, encontrando um povo indômito e desejando conduzi-lo à obediência civil⁵⁴ com as artes da paz, voltou-se para a religião, como coisa de todo necessária para se manter uma cidade [*civiltati*]; e a constituiu de tal modo que por vários séculos nunca houve tanto temor a Deus quanto naquela república, o que facilitou qualquer empreendimento a que o senado ou aqueles grandes homens romanos quisessem entregar-se. E quem examinar as infinitas ações do povo de Roma em conjunto e de muitos dos romanos de per si verá que aqueles cidadãos temiam muito mais violar o juramento que as leis, porquanto estimavam mais o poder de Deus que o dos homens, como se vê claramente dos exemplos de Cipião e de Mânlio Torquato. Porque, depois da derrota infligida por Anibal aos romanos em Canas, muitos cidadãos se haviam reunido e, desacorçoados com a pátria, combinaram abandonar a Itália e ir para a Sicília; Cipião, ao saber disso, foi ter com eles e, de espada em punho, obrigou-os a jurar que não abandonariam a pátria. Lúcio Mânlio, pai de Tito Mânlio, que depois foi chamado Torquato, fora acusado por Marcos Pompônio, tribuno da plebe, e, antes de chegar o dia do julgamento, Tito foi ter com Marcos e, ameaçando matá-lo se ele não jurasse que retiraria a acusação feita a seu pai, obrigou-o a jurar; e aquele, tendo jurado por medo, retirou a acusação⁵⁵. E, assim, aqueles cidadãos que não eram retidos na Itália pelo amor à pátria e por suas leis, foram ali retidos por um juramento que foram obrigados a fazer; e aquele tribuno deixou de lado o ódio que sentia pelo pai, a injúria que

54. Ao respeito às leis. [N. da R. T.]

55. Tito Lívio, XXII, 53. [N. da R. T.]

56. *Id.*, VII, 4-5. [N. da R. T.]